



Ainda fora da sala de aula: mulheres negras no ensino superior

Leticia Laureano dos Santos¹

Denise Macedo Ziliotto²

Resumo: As políticas afirmativas como a Lei nº 12.711/2012 – conhecida como lei de cotas - e a presença de mulheres negras no mercado de trabalho podem sugerir que a discriminação de raça e gênero estejam minimizadas. No entanto, as desigualdades sociais e educacionais continuam sendo uma realidade em especial para as mulheres negras. Neste sentido, a presente pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida na perspectiva de estudo de caso, abordando o percurso profissional de docente universitária negra. A entrevistada revela que investir em educação foi uma estratégia utilizada para ultrapassar as barreiras experienciadas e a docência universitária tornou-se objetivo profissional após o ingresso na pós-graduação. Também foram mencionados pela participante os episódios de discriminação racial no ambiente acadêmico e a necessidade constante de demonstrar sua competência nos espaços em que ocupa. A presença enquanto docente negra é ser vista com estranhamento pela sociedade, mas valorizada por colegas e estudantes afrodescendentes, estabelecendo-se como referência para outros/as profissionais e estudantes negros/as. A docente ainda avalia que sua atuação na universidade pode potencializar a reflexão dos estudantes sobre a presença e empoderamento da população negra em diversos contextos sociais.

Palavras-chave: Docência; Discriminação; Negritude; Universidade.

Still outside the classroom: black women in higher education

Abstract: Affirmative policies such as Law 12,711/2012 - known as quota law - and the black women's presence in the labor market may suggest that race and gender discrimination are minimized. However, social and educational inequalities continue to show significant effects for black women. In this way, the present exploratory and qualitative approach were developed from the case study perspective addressing a black university teacher professional career. The interviewee reveals that investing in education was a strategy used to overcome the barriers experienced, and university teaching became a professional objective after entering the graduate program. The teacher mentioned the racial discrimination episodes in the university environment and the constant need to demonstrate her competence in professional spaces she occupies. In the academic context, black teachers' presence is still seen with strangeness by society, but valued by colleagues and afro-descendant students, establishing itself as a reference for other black professionals and students. She evaluates that her work at the university can enhance students' reflection about the black population presence and empowerment in different social contexts.

Keywords: Teaching; Discrimination; Blackness; University.

-
- 1 Mestranda em Educação. Bacharel em Administração de Empresas - habilitação em Recursos Humanos, Especialista em Psicologia do Trabalho e das Organizações. Especialista em docência de nível técnico. Possui experiência na área de Administração, com ênfase em Recursos Humanos e experiência na área de educação em cursos técnicos e superior (tutoria EAD e presencial). Atualmente, atua como pesquisadora (Bolsista Capes) em estudos relacionados ao ensino superior e mulheres negras.
 - 2 Pós Doutorado pela Universidade de Lisboa. Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduada em Psicologia e Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É docente e pesquisadora no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle e no curso de Psicologia.

Introdução

A lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012) conhecida como Lei das Cotas, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. O artigo 1º declara que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Os artigos 3º e 5º indicam, respectivamente, que as instituições federais de ensino superior e de ensino técnico terão as vagas preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ações afirmativas como esta normativa são consideradas por Crisostomo e Reigota (2010) como dispositivos que potencializam o acesso à educação formal, ensejando um projeto futuro para ascensão social. Os autores defendem que podem ser consideradas como um divisor de águas no universo acadêmico, pois reposicionam o debate sobre as relações raciais iniciando pelos estudantes e possibilitando ações futuras como docentes e pesquisadores.

No entanto, apesar das políticas afirmativas, ainda é pequena a presença de mulheres negras nas instituições de superior. Conforme dados do IBGE (2018) apenas 10% das mulheres negras completam o ensino superior. Esta situação é ainda mais alarmante se analisarmos a presença de professoras negras nas universidades, pois conforme dados divulgados pelo Censo da educação superior em 2016 (INEP, 2016), mulheres negras com doutorado ocupam apenas 0,4% do corpo docente de todo o país. Silva e Soares (2018) alertam que a presença de mulheres negras no campo educacional, sendo ainda mais restrito o ingresso no ensino superior, campo que tradicionalmente sempre foi ocupado por homens brancos e posteriormente por mulheres não-negras.

Considerando a invisibilidade de docentes negras nas instituições de ensino superior, mostra-se relevante analisar histórias de mulheres que realizaram essa trajetória. Para tanto foi desenvolvida investigação qualitativa, exploratória e com delineamento de estudo de caso, buscando explicitar o percurso de professora negra que atua no contexto universitário. Inicialmente são discutidos aspectos atinentes a esta temática, que entrelaça gênero e raça numa perspectiva histórico-social.

As mulheres negras: questões históricas e sociais

Crisostomo e Reigota (2010) argumentam que o Brasil desenvolveu o seu racismo baseado na negação do mesmo, incorrendo na inferiorização pela cor da pele como uma marca histórica visível. Esta negação do fica evidente quando o discurso de combate ao racismo e discriminação é visto como vitimismo e autodepreciação. Conforme Ribeiro (2017) temáticas como discriminação racial e opressão de gênero são vistas como vitimismo, deslegitimando as lutas da população negra pela igualdade de direitos, tornando-se mais um obstáculo a ser superado.

Gonçalves (2018) destaca que não houve políticas públicas que pudessem inserir os negros recém-libertos no projeto nacional do pós-abolição e sendo assim, criou-se uma ideia de inferioridade da população não-branca, negros e negras que não tiveram acesso à plena cidadania. Diante deste contexto, havia a

necessidade, através de movimentos organizados, para reivindicar por direitos como respeito humano e emprego digno. Brazil e Schumacher (2007) destacam que os estereótipos negativos atribuídos à população negra foram sistematicamente recriados desde o fim da escravidão. Negros e negras precisaram elaborar estratégias como a criação de organizações que possibilitavam desenvolver caminhos para a superação da discriminação racial.

Segundo Carvalho e Rocha (2016), em todos os períodos históricos, mulheres e homens negros construíram uma cultura de resistência contra uma sociedade que os oprime e minimiza as suas vivências e trajetórias. Esta cultura tem por objetivo defender a sobrevivência material e cultura da negritude e afirmar os seus direitos humanos, pois durante muito tempo a história silenciou as experiências desses indivíduos como sujeitos sociais, examinando a trajetória da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva eurocêntrica. Porém, apesar dos movimentos negros discutirem questões importantes sobre as barreiras impostas à população negra, percebia-se a necessidade de uma discussão que levasse em consideração a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras, por serem negras e mulheres.

Se por um lado as questões de gênero não eram levantadas pelos movimentos negros, da mesma forma as questões raciais não eram pauta dos movimentos feministas. Gonçalves (2018) entende que o discurso feminista impedia a percepção das desigualdades raciais, mas por outro lado o movimento negro por muitas vezes apresentava práticas sexistas e machistas, evidenciando que a luta contra o racismo era ineficaz se não fosse atrelada à luta contra a desigualdade de gênero. Malta e Oliveira (2016) afirmam ainda que as questões referentes à mulher negra eram preteridas por outras pautas, em nome de uma luta que via mulheres e homens negros de forma homogênea, não considerando as diferenças de gênero. É fundamental enfatizar que, conforme Crisostomo e Reigota (2010), as histórias de desigualdade e discriminação contra a mulher negra têm como origem fatores como classe social, gênero e raça.

Assim como em outros países, percebeu-se no Brasil a necessidade de pensar o feminismo considerando as demandas específicas das mulheres negras. Para Collins (2017) ao usar o termo feminismo negro é desestabilizado o racismo ao apresentar o feminismo como uma ideologia e um movimento exclusivo de mulheres brancas e interrompe a falsa universalidade do feminismo, uma vez que muitas mulheres brancas pensam que as negras não têm consciência feminista. Gonçalves (2018) aponta que surgia então uma discussão específica sobre a condição das mulheres negras que as levou a se organizarem como um movimento social. Esta articulação causou inúmeras tensões, sendo a maior delas a acusação de fragmentação tanto do feminismo como do próprio movimento negro. Para Ribeiro (2017) pensar em feminismo negro significa romper as barreiras criadas pela sociedade, pensando novos projetos e novos marcos civilizatório,s rumo a um novo modelo de sociedade.

As mulheres negras e a universidade

Para Brazil e Schumacher (2007) diante de uma sociedade marcada por preconceitos, ao longo da história homens e mulheres negras desenvolveram formas de resistência para adquirir conhecimento. No entanto, os autores destacam que as mulheres negras ainda são cerceadas no direito à educação e em sua maioria exercem funções que exigem menor índice de escolaridade. Gonçalves e Silva (2000) afirmam que

a herança do passado escravista ainda marca profundamente as experiências da população negra no que se refere à educação. Por outro lado, para Crisostomo e Reigota (2010) o sistema de cotas para negros no Brasil sugere uma ruptura no universo acadêmico. As ações afirmativas trazem um debate concreto sobre as relações raciais, trazendo ao ambiente acadêmico a discussão destas questões.

Apesar da existência da política de cotas para o acesso à educação superior da população negra, são percebidas disparidades no ambiente acadêmico. Euclides e Silva (2018) apontam que, em determinadas situações, a presença negra na educação superior encontra-se em cursos considerados de menor prestígio na sociedade. Os autores também destacam que a universidade é um espaço onde não caberia a população negra, uma vez que cultural e historicamente existe um mito na sociedade ocidental que atribui aos negros a falta de capacidade intelectual e de desempenho.

Apesar dos avanços para a diminuição das desigualdades raciais, Silva (2013) alerta que a racionalidade moderna continua promovendo extermínios físicos e epistemicídios favoráveis ao domínio de uma classe, gênero, sexualidade, raça, etnia, reforçando uma hierarquia econômica e sociocultural. O ambiente acadêmico também pode reproduzir as desigualdades sociais, desmistificando a crença de que as barreiras impostas à população negra serão ultrapassadas através do acesso a educação, reproduzindo inclusive a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras.

Em relação à discriminação de gênero e raça, para Crisostomo e Reigota (2010) a universidade também é um universo de segregação racial. A realidade da opressão sofrida por essas mulheres negras, em suas trajetórias acadêmicas, desvela o mito da democracia racial no país e revela um verdadeiro *apartheid* no ensino superior. Sobre a presença feminina negra no espaço, Euclides e Silva (2018) apontam que nos anos iniciais as mulheres negras são maioria em relação aos homens negros, porém quando se chega aos degraus superiores, nota-se pouca ou quase nenhuma presença, reproduzindo a dupla discriminação que as mulheres negras enfrentam.

Historicamente, as mulheres negras precisaram enfrentar barreiras distintas por conta de questões de gênero e raça, o que pode ser percebido inclusive nas instituições de ensino superior. De acordo com Quadros (2015) é possível verificar na história das mulheres negras que elas nunca tiveram os mesmos direitos que homens e tão pouco das mulheres brancas. Embora estivessem na mesma condição no que diz respeito ao modo como a sociedade percebe o gênero feminino, o fator determinante dessa negação de direitos está diretamente ligado ao fato de ser mulher e negra. De acordo com o discurso das classes dominantes, a mulher negra pertence a uma categoria que não necessita de atenção social.

Se o olhar para a presença de mulheres negras for direcionado para a docência na educação superior, percebe-se uma disparidade ainda maior. De acordo com Crisostomo e Reigota (2010) entre as mulheres negras na educação superior, a desvantagem é ainda mais alarmante, principalmente se for analisada a presença na ação docente, sendo essa realidade social também visível no cotidiano das universidades. Silva e Soares (2018) comentam que diante da falta de visibilidade das mulheres no campo educacional por processos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos, as mulheres negras professoras do ensino superior há estranhamento pelo ingresso em um espaço que sempre foi ocupado por homens brancos e atualmente, por mulheres brancas.

Os desafios ainda são existentes, porém é importante destacar a importância da presença das mulheres negras nos espaços acadêmicos. Para Ribeiro (2017) a academia é o local onde é permitido às pesquisadoras negras constatar, a partir das suas próprias experiências, anomalias materializadas na omissão ou observações distorcidas dos fatos sociais. Sobre a importância das mulheres negras nos ambientes acadêmicos, Crisostomo e Reigota (2010) destacam que as próximas gerações de mulheres negras que pretendem alcançar a docência no ensino superior terão duas possíveis saídas: participar e colocar em pauta o debate sobre a discriminação e racismo existentes no Brasil, ou continuar ouvindo o discurso de “meritocracia”, onde basta se esforçar em um país onde há igualdade de oportunidades para todos.

Percurso investigativo

Considerando este contexto de discriminação vivenciado pelas mulheres negras, que concorre para uma rara presença e quase invisibilidade no ensino superior das professoras universitárias, esta investigação desenvolve-se a partir de um estudo de caso. Para Yin (2011), esta modalidade de pesquisa dedica-se a investigar um fenômeno contemporâneo, tendo como finalidade aprofundar o estudo de uma determinada realidade, com propósitos descritivos, exploratórios e/ou explicativos.

Com objetivo de analisar o percurso de professora negra que atua no contexto universitário foi desenvolvida pesquisa qualitativa de caráter exploratório, pois se trata de uma temática de produção acadêmica restrita. Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada, que segundo Yin (2011) permite a compreensão do contexto analisado sob a perspectiva de uma generalização analítica. A escolha da participante teve como critério a conveniência, estando no acesso da pesquisadora a partir de relações profissionais, tendo sido assinado termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

A professora Núbia

A entrevistada foi nomeada como Núbia para preservar sua identidade. Possui 42 anos, é graduada em Ciências Contábeis, especialista em Psicopedagogia e mestre em Economia. Para responder ao objetivo de pesquisa são apresentados elementos gerados pela entrevista, analisando as temáticas do quadro teórico conceitual inicial: aspectos sociais e históricos e o contexto do ensino superior.

As mulheres negras: questões histórico-sociais

Núbia relata que ser mulher negra ainda representa uma barreira que precisa ser transposta, composta diversos fatores. Neste sentido afirma que as mulheres negras precisam elaborar estratégias para ocupar lugares de destaque na sociedade. Percebe que mesmo quando se chega em alguma posição de *status* social, o racismo ocorre de forma bastante velada e sutil, não sendo muitas vezes externalizado. Sobre a deslegitimação do racismo e desvalorização das mulheres negras em ambientes considerados de elite, Ribeiro (2017) argumenta que as relações de poder existentes na sociedade e de não humanização da população negra, fazem com que as produções intelectuais, saberes e vozes, também sejam tratados de forma subalterna e silenciada.

Núbia identifica o ‘estranhamento’ e a não aceitação da mulher negra em determinados lugares ou posições sociais. Relata perceber que várias vezes pessoas se mostraram surpresas por ela ocupar posição diferenciada no mercado de trabalho: *“É como se as pessoas não pudessem admitir aquilo [...] as pessoas se indignam por que tu ganhas mais do que elas. Elas não entendem como cheguei naquela posição. Isso é um pouco do que tenho sentido e tenho entendido melhor ultimamente”*. Observa que quando as pessoas não podem falar de forma negativa a respeito dela, da sua atuação como profissional no trabalho, são feitos comentários preconceituosos, porém de forma sutil: *“Tu ganhas outros adjetivos. Teus adjetivos são “ ah, tu és muito petulante” [...]. Mudam os adjetivos, mas tu sabes que aquilo tem a ver com a tua cor”*. Ribeiro (2018) afirma que uma mulher negra considerada empoderada causa incômodo, sendo possível perceber os olhares e comentários quando uma mulher negra foge dos padrões racistas e machistas. A autora também destaca comentários do tipo “Que negra metida”, “Essa negra se acha” ou “Quem essa negra pensa que é?”, comuns nestas situações.

Núbia analisa que muitas vezes as falas preconceituosas aparecem sob a forma de falsos elogios e valorização. *“Tu és forte demais, ou começam os superlativos. Eles mudam os adjetivos e conversando com algumas pessoas (negras) tu entendes que isso é ofensivo, que todas as pessoas que tem o mesmo nível cultural que tu, são tachadas da mesma forma.”* Crisostomo e Reigota (2010) comentam que a forma como a população negra é vista e classificada perduram na sociedade contemporânea através das diversas práticas sociais e nos discursos cotidianos. Em relação às mulheres negras, Euclides e Silva (2018) explicam que existe uma ideia compartilhada de que as posições ocupadas por estas mulheres serão em funções que exijam baixa escolaridade e serviços subalternos, sendo desta forma negado o direito de assumir outras ocupações em espaços públicos. Ainda sobre a percepção sobre o lugar das mulheres negras no contexto social, Núbia desabafa: *“É como se existisse lugares que são pra ti e outros lugares que não são. Por muitas vezes vou contar o que acontece: tu estás frequentando lugares em que a maior parte das pessoas pensa que não é pra ti, e aquilo irrita muito. Como se fosse uma ofensa tu estares ali.”*

Sobre o início da sua trajetória profissional, Núbia faz uma reflexão e comenta reconhecer ter se anulado, enquanto mulher negra, para se enquadrar a um padrão social.

Então a gente entrava no mercado de trabalho e se anulava, enquanto cultura, enquanto fazer tudo para não chamar atenção por toda esta questão cultural [...] Então tu entravas dentro daquele pacotinho que era o que as pessoas esperavam de ti, ‘eu preciso ser aceita’. Era mais ou menos esse pensamento.

A participante relata também que para ser aceita, durante muito tempo evitou falar dos eventos sociais, festas, lugares que frequentava e pessoas com quem andava. Para ela, aceitar esta condição era algo necessário para a sua trajetória profissional, se expondo o menos possível. Ferreira e Pinto (2014) comentam que a construção da identidade negra é marcada por contradições e opressões sofridas internamente pelos indivíduos resultando em uma regra básica: a negação de si próprio, da sua cor e suas características físicas. Sendo assim, a população negra nasce e aprende ao longo da vida que o ideal branco deve ser atingido. Porém, atualmente, a participante relata ter mudado o seu pensamento sobre se enquadrar em um padrão. Ela relata não se sentir mais intimidada em mostrar as suas origens, utilizar roupas étnicas ou deixar o seu cabelo natural:

Ninguém tem que me dizer onde eu tenho que andar, o cabelo que eu tenho que usar, a roupa que eu tenho que vestir. Mas claro que ainda tu vais ouvir de forma mais sutil[...]. Eu já ouvi por exemplo: Tu estás sempre muito colorida! E eu entendo que a pessoa quer dizer quando ela diz “colorida”, né?

Silva (2016) explica que são diversos os espaços e expressões de depreciação do corpo negro, que reforçam os estereótipos sociais. No entanto, atualmente os grupos e movimentos negros utilizam justamente estas ferramentas para reverter as opressões vividas pelo povo negro. Neste sentido, Núbia relata que no passado sentia necessidade de se enquadrar a padrões para ser aceita: *“Quando tu estas no inicio da carreira, se alguém me dissesse isso (critica), no dia seguinte eu iria com uma roupa branca”*. Porém, atualmente ela faz questão de mostrar suas origens através de suas roupas e cabelo, utilizando-os como forma de resistência.

Outro aspecto relatado por Núbia é a utilização das redes sociais como forma de empoderamento do povo negro. Ela comenta que através da divulgação no Facebook da sua participação em eventos da cultura afro, festas e outros locais frequentados pela população negra da região metropolitana de Porto Alegre, muitas vezes recebe comentários de alunos negros que frequentam os mesmos lugares: *“Por exemplo, eu encontrar um aluno numa festa, num show e ele dizer: ‘Puxa, ela vai nos mesmos lugares que eu!’*, Já aconteceu comigo (risos).” Malta e Oliveira (2016) destacam que o espaço virtual tem sido uma ferramenta fundamental para criar espaços de resistência para o movimento de mulheres negras e o movimento negro.

As mulheres negras e a universidade

No início da sua trajetória, Núbia pensava que trilhando o caminho da faculdade, trabalho, mestrado, seria suficiente para alcançar seus objetivos profissionais. No entanto, hoje diz perceber que existem barreiras impostas nas próprias instituições. *“Quando tu és mais jovem tu pensas: se eu me formar. Seu eu trabalhar, se eu fizer o mestrado, eu chego lá. Com mais idade tu entendes que tu vais chegar, mas que isso nunca vai eliminar as barreiras, principalmente dentro das instituições. Isso ainda é muito enraizado”*. Núbia relata ainda que os mesmos obstáculos enfrentados em sua trajetória são também vivenciados pelos seus alunos. A participante comenta que é possível identificar que nem sempre os alunos com melhor desempenho recebem boas oportunidades no mercado de trabalho: *“Os melhores alunos às vezes não são os líderes, dependendo de várias coisas, inclusive da cor da pele”*.

Sobre a sua trajetória profissional, Núbia conta que o desejo de ser professora vem desde a infância, quando dava aulas aos colegas com mais dificuldades em troca de doces e chocolates. Relata que foi alfabetizada pela mãe antes de ingressar na escola e sempre teve facilidade em aprender e que ajudou a alfabetizar algumas pessoas. *“Eu sempre tive bastante facilidade no colégio e então eu tinha os amiguinhos que eram mais velhos do que eu e eu dava aula pra eles. Por muito tempo eu dei aula, assim, de formar sala de aula em casa, de ter quadro e de ter pessoas.”*

Apesar de sua vontade de ser professora, ao chegar à vida adulta teve o seu sonho da docência interrompido e que atualmente reflete sobre isto. Ao falar do seu desejo pela carreira docente nesta época, pessoas conhecidas da participante diziam que ela ‘morreria de fome’, que ‘seria pobre para sempre’ e que ‘não teria salário’. Sendo assim, ela deixou para trás o sonho de ser professora e optou pela área de contabilidade. Desta forma, ingressou no Curso de Contabilidade na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se formando em 2000. Ao longo da sua trajetória participou de programas de *trainee*, atuou na área de controladoria em multinacionais. Além disso, morou na Nova Zelândia por quase dois anos.

Sobre o período que morou no exterior, Núbia conta que foi uma experiência bastante interessante. Ela lembra que ao chegar lá, inicialmente trabalhou em atividades fora da sua área de formação (contábil financeira). Porém, ao atuar em empresas multinacionais conhecidas, a partir do momento em se tornou mais fluente no inglês, passou a ter melhores oportunidades de trabalho, atuando inclusive como supervisora de uma rede de supermercados:

A partir do momento que o meu inglês melhorou bastante, que já estava em um nível que dava para trabalhar na área, eu tive oferta e trabalhei numa rede de supermercados como supervisora de contas a pagar e foi uma experiência muito legal. Por que na Nova Zelândia tu recebes gente do mundo inteiro. Então eu tinha colegas indianos, tinha colegas russos, tinha colegas irlandeses. Enfim, aí cada um com o seu sotaque a gente se entendia em inglês. Foi uma experiência bem legal e foi bem mais para o final desse período que eu estava lá. Um pouco estudei, um pouco eu trabalhei em outras coisas e aí no final eu já estava trabalhando na área.

Após este período no exterior, Núbia retornou ao Brasil, pois foi convocada para assumir uma vaga em concurso que havia realizado há 10 anos para um hospital em Porto Alegre, onde ainda atua atualmente. Também nesta época a participante decidiu ingressar em um programa de mestrado na área de contabilidade e economia na UFRGS aos 33 anos. No mestrado reencontrou um professor da graduação que questionou sobre a possibilidade de ingressar na carreira docente, retomando assim o antigo desejo de ser professora. Neste período Núbia conta que foi aberto processo para professor substituto na UFRGS, no qual foi aprovada e então precisou conciliar o trabalho no hospital, aulas de mestrado e docência. “Comecei então a minha trajetória acadêmica (docência) em 2011 e eu estava numa loucura, porque eu trabalhava no hospital durante o dia, eu tinha aula do mestrado três vezes por semana e dava aula duas vezes por semana, duas noites por semana.”

Núbia analisa que neste sentido, a sua trajetória é diferente da maioria dos docentes, pois para muitos de seus colegas não houve a necessidade de conciliar trabalho e estudos ao longo da sua formação acadêmica. “A maior parte dos docentes, entra e sai da faculdade sem nunca ter trabalhado, já ingressando direto num mestrado sem nunca ter trabalhado, ingressando direto no doutorado [...] E esse é o padrão.” Ela também comenta perceber que a trajetória acadêmica para os negros é bastante diferente da população branca, analisando sua própria história: “A docência para nós negros é mais custosa em relação a isso. Eu, por exemplo, saí da faculdade já trabalhando e esperei a minha carreira chegar num nível que eu pudesse pagar pelo mestrado, que não era uma coisa automática.” Bastos, Peixoto e Ribeiro (2017) comentam que existem diferentes significados de ingressar na universidade para estudantes negros e não negros. Especialmente para os estudantes negros de baixa renda, o ensino médio é considerado como a finalização do ciclo de formação escolar, sendo que o próximo estágio é o ingresso no mercado de trabalho para complementar a renda familiar. Já para muitos estudantes não negros, esta situação é totalmente distinta, pois a formação superior deste jovem sempre esteve nos projetos de vida da família.

Mesmo com todas as dificuldades, Nubia concluiu o Mestrado e passou a receber algumas indicações, começando a atuar como docente em instituições de ensino superior da Região Metropolitana de Porto Alegre. Na sua nova etapa profissional, atuando como docente, relata vivenciou episódios de discriminação nas instituições de ensino, desde o início das atividades:

Era primeira ou segunda semana de aula. Os alunos todos já tinham ido embora e eu estava dentro da sala de aula ainda, terminando de fechar os sistemas da aula. Chegou o guarda e bateu na porta, assim, com força e disse: ‘A aula

acabou, vai embora!’ ou algo não com essas palavras, mas, falou aquilo e eu sentada na mesa do professor. Eu percebi que ele não entendeu que eu fosse a professora, para ele aquilo era pouco plausível. Se ele soubesse que eu era a professora ele jamais teria falado comigo naquele tom. E então eu vi o espanto desse mesmo funcionário quando ele entendeu que a professora era eu.

Conforme Marques (2018) a discriminação racial presente na sociedade também pode ser percebida no ambiente acadêmico. Ainda são poucos profissionais negros na docência, em pró-reitorias ou como servidores administrativos. Essa realidade torna-se mais um desafio para os profissionais negros fortalecerem sua identidade, pois o referencial em posições de destaque continua sendo majoritariamente branco. No entanto, nesta mesma instituição, Núbia recebeu retornos positivos justamente por ser a única professora negra. *“Eu chegava na portaria e tinha direito ao estacionamento dos professores. Um dia um dos funcionários me falou que trabalhava lá há muito tempo e ele também negro. Estava muito feliz por saber que tinha uma professora negra que dava aula ali, ele nunca tinha visto.”*

Em relação aos estudantes, Núbia comenta que a maior parte dos feedbacks são positivos. Talvez pelo fato de ser a professora - por existir uma relação de poder - se há alguma insatisfação em relação a sua cor da pele, não pode ser explícita e que neste caso, a posição de poder existente na sociedade se inverte ali. Ela diz receber muitas manifestações positivas através de depoimentos por escrito ou pessoalmente:

Os alunos negros se enxergam no professor e tem aquele maior orgulho de ver que a professora é negra. ‘Então é lugar pra mim também! Se ela chegou lá, se ela tem uma trajetória parecida com a minha, de nascida na periferia, que estudou em escola pública’, que é o meu caso. ‘Se estudou em escola pública, começou a trabalhar muito cedo e chegou lá, eu posso também!’.

Euclides e Silva (2018) evidenciam que assim como as docentes negras, a maioria de seus alunos não tiveram ao longo de suas trajetórias educacionais, professores negros. Esse fato faz com que a presença de pessoas negras em espaços públicos seja vista de forma equivocada. Porém, como docentes universitárias, estas mulheres tornam-se referência principalmente para os estudantes negros. Neste sentido, Núbia vê a sala de aula como oportunidade de debater com os estudantes as desigualdades sociais existentes entre negros e brancos. Ela comenta também que muito têm conversado com outras colegas professoras negras sobre formas de empoderamento que podem ser realizadas como docentes. Ribeiro (2018) comenta que ser professor abre a possibilidade de promover discussões em sala de aula inclusive sobre a situação social das mulheres negras.

A participante reflete que a população negra sempre foi muito oprimida e que isso é ensinado ao longo da vida. Porém, apesar de todas as barreiras impostas, Núbia conclui que é possível enfrentar as dificuldades através de muita luta e que ser docente é uma das formas de romper estas barreiras, mas não a única:

Muitas pessoas vão tentar que tu não faças, e ainda sim tu segues firme e consegues transpor todas as barreiras que são impostas e que tu podes conseguir. Quando a gente fala disso, a gente não está falando só na questão da docência, mas também para a questão da docência.

Sobre o fato de ser mulher e negra, Núbia afirma sentir esta influência na sua trajetória profissional. Ela comenta que ultimamente tem se questionado sobre isso e que aos 42 anos está reescrevendo a sua trajetória profissional. A participante também conclui que, apesar de sua formação e experiência, para alcançar os seus objetivos profissionais será necessário empreender dentro da área de educação, pois dificilmente conseguirá chegar a posições que almeja através do aval de alguém.

Considerações finais

Como consequência de uma sociedade que ainda reflete traços do regime colonialista e escravista que prevaleceu por mais de 300 anos no país, as mulheres negras sofrem dupla discriminação – de gênero e de raça – na sociedade brasileira. O investimento em educação como estratégia para ultrapassar as barreiras impostas pelas desigualdades é um caminho proposto pelas políticas públicas e ações afirmativas.

Problematizando esta perspectiva, a pesquisa propôs analisar o percurso de docente negra atua na educação superior da região metropolitana de Porto Alegre. O estudo de caso evidenciou uma trajetória mulher negra que precisa constantemente demonstrar sua capacidade nos espaços em que atua e constata que sua presença no ambiente acadêmico causa estranhamento na sociedade. A entrevistada percebe ser referência para outros/as profissionais e estudantes negros/as, e avalia que na sua atuação como docente podem ser utilizadas estratégias que visam a reflexão dos estudantes sobre a situação da população negra e, principalmente, de empoderamento de jovens profissionais negros e negras.

Referências

- BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves; RIBEIRO, Elisa Maria Barbosa de Amorim. Interação entre estudantes cotistas e não cotistas e sua influência na integração social e desempenho acadêmico na universidade. **Estudos de Psicologia**. Natal, RN, p. 401-411, out/ dez. 2017. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-294X2017000400007&lng=pt&nrm=iso > Acesso em: 28 de set. de 2019.
- BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-publicacaooriginal-137498-pl.html> > Acesso em: 09 de set. de 2019.
- CARVALHO, Raíssa A.; ROCHA, Solange P. Mulheres negras em movimento no Brasil: atuação política da Bamidelê – Organização de mulheres negras na Paraíba. **Gênero**. Niterói, RJ, v. 16, n. 2, p. 71–89, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31237> > Acesso em: 25 de set. de 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso*. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 51, 2017 Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 26 de set. de 2019.
- CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marco Antonio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 93-106, jul. 2010. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000200005&script=sci_abstract&lng=pt > Acesso em: 02 de out. de 2019.
- EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro. **Educar em revista**. Curitiba, PR, v. 34, n. 70, p. 51-66, jul./ago. 2018. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602018000400051&lng=pt&nrm=iso > Acesso em: 25 de set. de 2019.
- FERREIRA, Ricardo Franklin; PINTO, Márcia Cristina Costa. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e práticas psicossociais**. São João El-Rei, MG, jul./dez. 2014. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200011 > Acesso em: 27 de set. de 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2018**. Brasília: 2019. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>. > Acesso em 30 de agosto. 2019.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo de educação superior 2016**. Brasília: 2017. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/> > Acesso em 30 de ago. de 2019.
- GONÇALVES, Renata. Invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Poiésis**. Tubarão, SC, v. 12, n. 22 p. 350-367, jun./dez. 2018. Disponível em: < <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/7358> > Acesso em: 27 de set. de 2019.
- GONÇALVES, Luis Aberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. **Revista brasileira de educação**. Rio de Janeiro, RJ, n. 15, set./dez. 2000. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000300009&script=sci_abstract&tlng=pt > Acesso em: 02 de out. de 2019.
- MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista. Enegrecendo as redes: o ativismo das mulheres negras no espaço virtual. **Revista Gênero**. Niterói, RJ, v. 16, n. 2, p. 55-69, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31234> > Acesso em: 25 de set. de 2019.
- MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista brasileira de educação**. Rio de Janeiro, RJ, v. 23, 2018. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100282 > Acesso em: 02 de out. de 2019.
- QUADROS, Taiana Gomes de. **Vida de mulheres negras, professoras universitárias na Universidade Federal de Santa Maria**. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Educação. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: < <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/7228/QUADROS%2C%20TAIANA%20FLORES%20DE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em: 28 de set. de 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Shwarcz, 2018.
- SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.
- SILVA, Celia Regina Reis da. Beleza negra, orgulho crespo: no corpo (des)constrói-se a (in)diferença, o estigma. **Projeto história**. São Paulo, SP, n. 56, p. 463-476, maio/ago. 2016. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/25602> > Acesso em: 03 de out. de 2019.
- SILVA, Maria de Lourdes. **Enfrentamentos ao racismo e discriminação no ensino superior: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente**. Tese. Programa de Pós Graduação em Educação. São Carlos: UFSCar, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2314/5412.pdf?sequence=1> > Acesso em: 27 de set. de 2019.
- SILVA, Fabiane Ferreira da; SOARES, Cristiane Barbosa. Professoras universitárias negras rompendo a fronteira da invisibilidade. **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade**. Editora da FURG. Rio Grande, RS, 2018. Disponível em: < <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/35.pdf> > Acesso em: 03 de out. de 2019.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Brookman, 2011.

Recebido em: 29.09.2020

Aceito em: 19.10.2020